

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

## Batalha por comando e relatoria da CPMI

Presidente do Congresso, Pacheco fará hoje a leitura do requerimento para a criação da comissão. Partidos se mobilizam para indicar integrantes do colegiado

» RAPHAEL FELICE

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fará hoje a leitura do requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro, em sessão conjunta entre deputados e senadores. A leitura dará início oficial às articulações por cargos no colegiado.

A primeira disputa é pela relatoria da comissão. No Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) é o nome mais forte, mas seu arquirrival em Alagoas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também quer indicar o nome para a função.

Nos bastidores, um dos cotados para assumir a relatoria, caso o cargo fique com a Câmara, é o deputado André Fufuca (PP-MA). O líder do PP é bem-visto pelo presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI), que faz oposição à gestão Lula e é o principal obstáculo para o Centrão entrar de cabeça na base governista.

A tendência é que a base governista tenha a maioria dos membros da CPMI, pelas configurações de blocos e lideranças partidárias no Senado e na Câmara.

No Senado, devem ser indicados pelo menos 11 integrantes da base aliada, com a tropa de choque da CPI da Covid confirmada, entre outros, com nomes como Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Omar Aziz (PSD-AM), Humberto Costa (PT-PE) e Renan Calheiros.

Na Câmara, o líder governista, José Guimarães (PT-CE), afirmou

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



O deputado André Fufuca (PP-MA) é um dos cotados para assumir a relatoria da comissão mista

que já existe uma conversa com a base aliada para definir os representantes dentro da CPMI. O plano do governo é que o grupo escolhido finque os pés na comissão, enquanto outra ala vai se debruçar em propostas como arcabouço fiscal, reforma tributária e PL das Fake News, cuja tramitação será em regime de urgência, conforme foi aprovado, ontem, pela Câmara (leia reportagem na página 4).

No entanto, há um grande grupo de deputados da base que quer compor a CPMI. Lindbergh Farias (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG), André Janones (Avante-MG), Aliel Machado (PV-PR) já manifestaram vontade de

participar da comissão.

“Queremos uma CPMI que exponha aqui a verdade. Quem financiou os atos golpistas. Já conversamos com o bloco do PP, do União Brasil, do MDB e PSD, enfim, o nosso campo da federação (PT/PCdoB/PV), e acho que estamos prontos para indicar os nomes”, disse Guimarães. “A federação do PT discutiu que, na hora que o presidente do Congresso ler o relatório e estabelecer os prazos, seremos os primeiros a indicar os nomes para compor esse colegiado.”

Na oposição, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) são dados como certos para compor a comissão. No Senado,

há dois nomes cotados: Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Jorge Seif (PL-SC). A tendência é que um seja o titular e o outro, suplente.

“Lula, Flávio Dino (ministro da Justiça) e G. Dias (Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional) tentaram se eximir de qualquer culpa pelo 8 de janeiro, mas a proteção dos órgãos federais era da competência deles, e se omitiram e contribuíram para que a tragédia ocorresse. Agora, as câmeras não deixam dúvida. Foram os mentores intelectuais”, acusou o líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), em publicação nas redes sociais.

## JOIAS SAUDITAS

## Michelle admite ter recebido conjunto

De passagem na Câmara dos Deputados para evento do PL Mulher, ontem, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro admitiu ter recebido o segundo pacote de joias que entrou ilegalmente no país. O conjunto inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard, avaliados em cerca de R\$ 2,5 milhões.

Em depoimento à Polícia Federal, a servidora Marjorie Guedes, que era coordenadora do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH), afirmou a então primeira-dama recebeu os itens em 29 de novembro de 2022.

Segundo sustentou, ontem, Michelle Bolsonaro, “foi tudo feito pelo trâmite administrativo”. “Eu não (recebi em mãos). Ela (a caixa joias) estava no Alvorada. Ela é passada pela administração. Ela estava no Alvorada. Eu morava onde? No Alvorada”, ressaltou ex-primeira-dama.

ESTADÃO CONTEÚDO



Michelle sobre o kit masculino: “O que eu tenho a ver com isso?”

Michelle tentou argumentar que, quando afirmou desconhecer os presentes milionários, se referia apenas aos itens femininos avaliados em cerca de R\$

16,5 milhões. O kit ficou retido na alfândega do Aeroporto de Guarulhos, quando a comitiva do governo Bolsonaro tentou entrar no Brasil sem declarar

os itens à Receita Federal. Os itens estavam na bagagem de um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

De acordo com a mulher de Bolsonaro, seu desconhecimento não incluiria “joias masculinas”, apenas as femininas. “Essas joias que chegaram ao Alvorada foram as masculinas. Então, estão me associando ao primeiro caso (do conjunto de diamantes apreendido pela Receita Federal), quando eu falei que não sabia, e não sei mesmo. Tanto que essas joias continuam apreendidas, e essa, do Alvorada, está na Caixa Econômica Federal. O que eu tenho a ver com isso?”, questionou Michelle, ao ser abordada por jornalistas.

As joias só foram entregues à Caixa Econômica Federal após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## A grande política de volta ao Congresso

Fisiologismo, nepotismo e patrimonialismo, cuja mais perfeita tradução é o chamado “orçamento secreto”, fazem parte da pequena política que move o dia a dia do Congresso: as disputas parlamentares por viagens e apartamentos; as articulações de interesses privados, em detrimento das políticas públicas, nos seus corredores; as intrigas de bastidor em disputas por verbas e cargos no governo; a perversa subsunção dos partidos pelas suas bancadas fazem parte da nossa vida política.

Nesta semana, tudo isso estará em segundo plano, quiçá pelos próximos meses também, porque os grandes interesses da sociedade voltaram à pauta. Por exemplo, a Câmara, ontem, aprovou o pedido de urgência para a votação do projeto de lei das fake news (PL 2.630/2020), que regula a atuação das chamadas big techs no Brasil, assunto já tratado aqui, em 19 de abril, na coluna intitulada “Ministro quer enquadrar as big techs na Constituição”. A votação do requerimento permitirá que a matéria seja votada diretamente no plenário da Câmara, na próxima semana, depois de três anos de tramitação nas comissões técnicas da Casa do projeto originário do Senado. Foram 238 votos a favor e 192 contrários, depois de uma manobra da bancada bolsonarista, liderada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), para impedir a votação da urgência. Esse resultado mostra que haverá disputa dura.

Essa é a primeira agenda estratégica para a democracia brasileira em pauta no Congresso. Um exemplo do que é a grande política trata da fundação e conservação do Estado, da manutenção de determinadas estruturas econômico-sociais ou sua destruição. O conceito de hegemonia do pensador italiano Antonio Gramsci é bastante reconhecido, porque descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, seus aparatos ideológicos para conservar o poder: a religião, a escola, os meios de comunicação etc. No seu conceito de hegemonia, porém, o pleno exercício do poder político está associado à liderança moral da sociedade.

Numa leitura reacionária dessa abordagem, por essa razão, a extrema direita vê a ciência, a educação e a cultura como ameaças, atua no sentido de neutralizar o papel de cientistas, intelectuais e artistas na construção de uma sociedade democrática, do desenvolvimento sustentável, do acervo técnico-científico e da identidade cultural do país. Mesmo que para isso seja necessário recorrer à força.

O jornalista e cientista político da Universidade de São Paulo (USP) Oliveiros S. Ferreira, já falecido, escreveu um livro sobre o conceito de hegemonia no qual se remete à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que conflou a Europa. Nela, um pequeno grupo de 45 cavaleiros húngaros, com suas armaduras, durante seis meses aterrorizou o condado de Flandres, a região flamenca da Bélgica. Repete uma indagação de Gramsci sobre esse episódio: como o conseguiram? Como e por que o grande número, mais forte, se submeteu ao pequeno?

Ideólogo do pensamento conservador no Brasil, Oliveiros Ferreira foi um estudioso do protagonismo dos militares na história republicana e crítico do castilismo golpista. Num artigo para o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 26 de junho de 1988, intitulado “O reconhecimento da derrota”, ele resgata uma carta do general Góes Monteiro ao jurista liberal Sobral Pinto, na qual o então ministro da Guerra, em abril de 1945 — ou seja, pouco antes do fim do Estado Novo —, reconhece a derrota do “partido fardado” diante de uma nação “que não compreendia e que nunca poderia compreender”. Segundo ele, porque trouxera da Escola Militar “um modelo de tirania esclarecida”.

“Eu reclamava poder, ordem, disciplina e ardor para, em 10 anos pelo menos, como recorda V.Exa., preparar a nova elite e poder modificar as condições de ignorância e miséria das massas, responsáveis pelo aviltamento da prática constitucional”, lamentava o general do Estado Novo. O ex-presidente Bolsonaro tentou mobilizar seus cavaleiros húngaros três vezes, no 7 de Setembro de 2019, no dia da diplomação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no 8 de janeiro. Em nenhuma delas conseguiu que as Forças Armadas vestissem as armaduras.

A propósito, hoje a grande política novamente tomará conta dos debates do Congresso, com a instalação de uma CPI Mista para investigar o que aconteceu naquele segundo domingo de janeiro, uma semana após a exuberante cerimônia de posse do presidente Lula da Silva. A votação de ontem, apesar da vitória do governo, mostrou uma oposição aguerrida e numerosa, porém descolada dos interesses majoritários da sociedade e de suas instituições democráticas. É bom lembrar que 8 de janeiro foi o resultado do uso das redes sociais como instrumento de mobilização para a tomada do poder, com uso generalizado de fake news e emprego de violência na ocupação dos palácios dos Poderes da República.

Esse episódio serviu para desconstruir uma visão política glamourosa e idílica das redes sociais e da internet como ferramentas avançadas e absolutas da participação no jogo democrático. Pelo contrário, a utilização perversa de algoritmos tem servido para embaralhar a consciência cívica e enfraquecer a democracia representativa, além de fomentar a violência na sociedade, inclusive entre crianças e adolescentes nas escolas. É preciso mais compromisso das big techs com a ordem democrática e a construção de um ambiente social mais saudável.

Para o Seu João, a melhor época do DF foi quando ele conseguiu um novo emprego em uma das obras do GDF.

Para a Alice, o melhor começa agora.

João Luiz de Sousa  
Eletricista na obra do Túnel de Taguatinga e avô da Alice

